

Mortes institucionais são expressão da necropolítica na Venezuela

Dados corroboram a hipótese de que mortes decorrentes de intervenção das forças de segurança são manifestações de um uso arbitrário e desproporcional de força letal no país

Keymer Ávila

14 de julho de 2020

EDUARDO ANIZELLI/FOLHAPRESS



Manifestação de venezuelanos contra o regime Maduro na cidade de São Paulo

Na Venezuela, a maioria das mortes que ocorrem em razão da intervenção das forças de segurança do Estado não são resultados de confrontos regulares com grupos criminosos equivalentes, mas sim do uso arbitrário e desproporcional da força letal por parte desses organismos.

Para sustentar esta afirmação, as informações oficiais foram analisadas durante anos e, de maneira complementar, foram monitorados os casos registrados nos meios de comunicação entre 2016 e 2017.

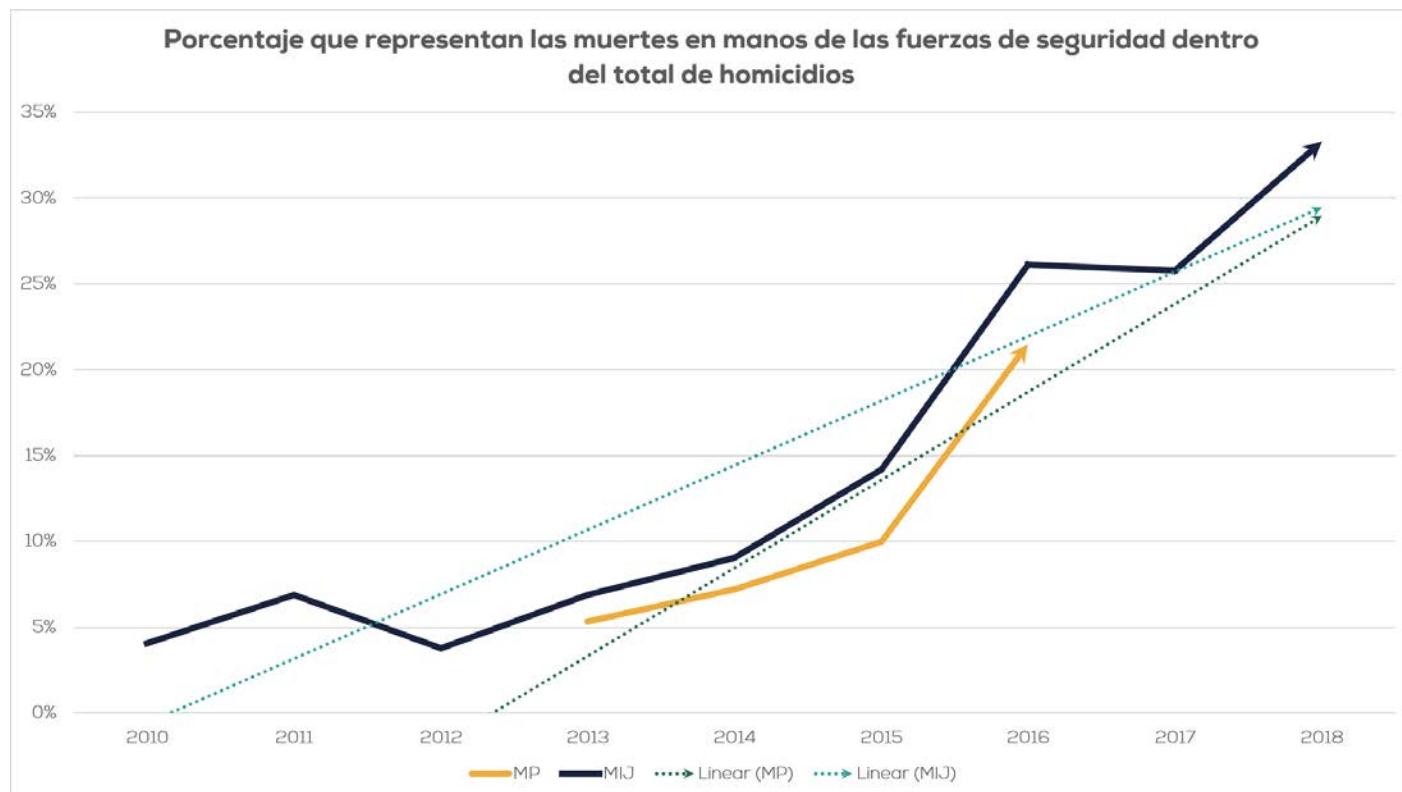
1. Os policiais como vítimas de homicídios: eles estavam em serviço quando morreram?

Um dos fatores fundamentais na análise de vitimização é saber se os policiais estavam ou não no exercício de suas funções nas ocorrências. Dos casos analisados para todo o país até 2016, a maioria dos policiais que foram vítimas de homicídio não estavam no exercício de suas funções (65%), nem estavam uniformizados (60%), nem foram identificados como policiais (55%). Estes dados ratificaram os resultados encontrados em uma [pesquisa anterior realizada com análises de casos na sede da polícia dois anos antes](#). Dentro desta estrutura, é compreensível que os casos de autodefesa policial sejam excepcionais (12% a nível nacional).

2. Mortes decorrentes de intervenção da força pública

Analisando as informações e fontes disponíveis, todas indicam um aumento do número de mortes decorrentes de intervenção das forças de segurança do Estado. Esta tendência geral de aumento se intensifica a partir de 2013 e apresenta grandes saltos em 2015 e 2016, anos em que foram implementadas as intervenções policiais conhecidas como “OLP” (*Operações de Liberação do Povo*). Ao comparar os números de mortes institucionais de 2016 com os de 2014, observa-se que triplicaram durante esse período. Há também um recrudescimento desses números em 2018.

Entre 2010 e 2018, 23.688 pessoas morreram em decorrência de intervenção das forças de segurança do Estado, sendo que 69% desses casos ocorreram entre 2016 e 2018, atingindo uma taxa por cada cem mil habitantes que oscila entre 19 e 16 pessoas mortas por essa causa. Em 2010, a taxa era de 2,3 e em 2018 chegou a 16,6, representando um aumento de 622%.



Como se pode verificar no gráfico acima [1], em 2010 as mortes em decorrência de intervenção das forças de segurança do Estado ocuparam apenas 4% do total de casos de homicídios. Oito anos depois, no entanto, chega a 33%, o que significa dizer que um em cada três homicídios ocorridos no país é consequência da intervenção de forças de segurança do Estado.

3. Policiais vítimas de homicídio e mortes em decorrência de intervenção das forças de segurança do Estado: estas duas formas de violência são contemporâneas e simétricas entre si?

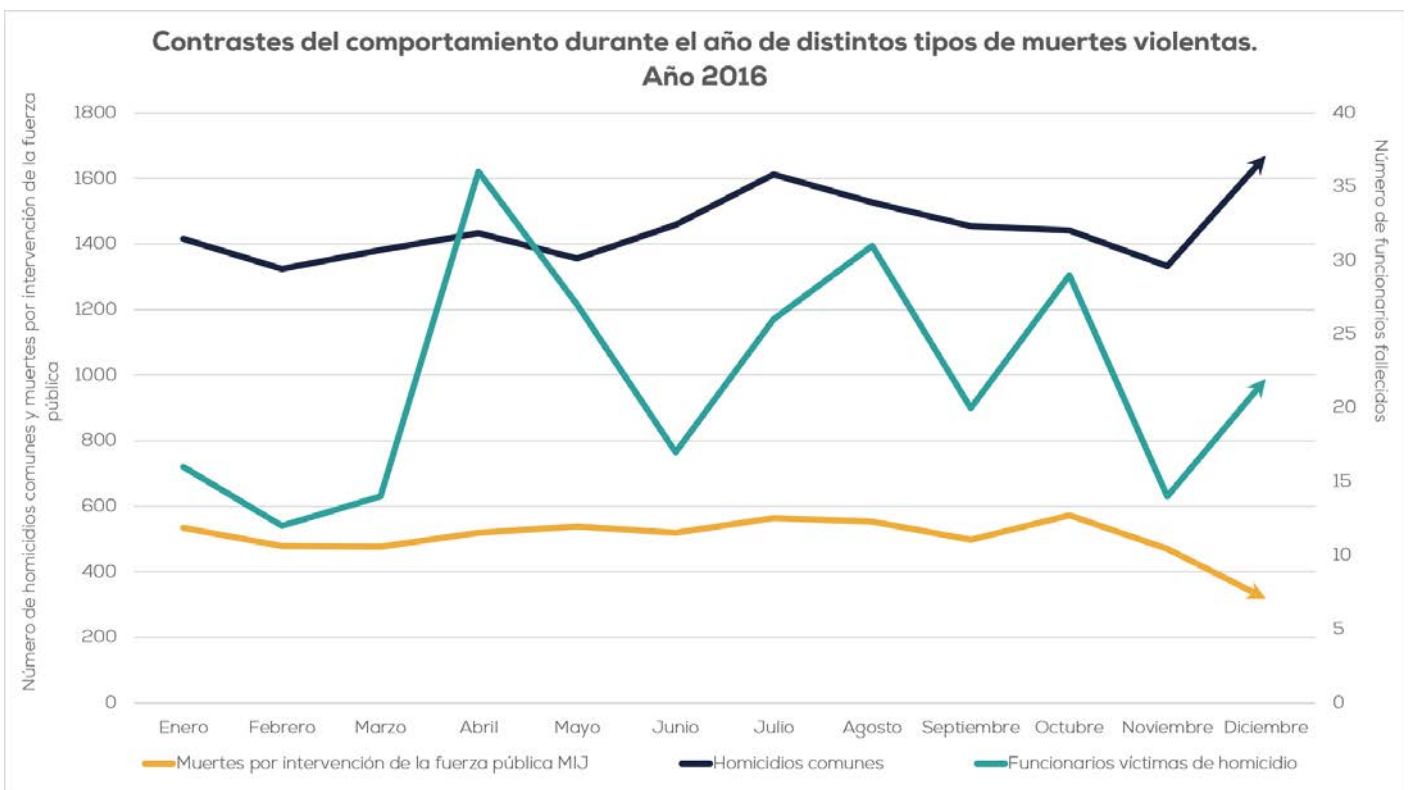
A distribuição temporal das mortes decorrentes de intervenção das forças de segurança noticiadas na mídia durante 2016 e 2017 (linhas laranja e verde) podem ser comparadas com os registros oficiais do ano de 2016 (linha azul). Tanto as fontes quanto os períodos mostraram um comportamento semelhante.



Fonte: Ávila 2019b:56

Pode-se observar no gráfico que a quantidade mensal de mortes decorrentes de intervenção das forças de segurança se mantém mais ou menos estável durante todo o ano e uma diminuição é registrada nos meses de novembro e, especialmente, dezembro.

Como se pode ver no gráfico abaixo, esse comportamento não é semelhante a outros tipos de mortes violentas, como os homicídios comuns (linha vermelha) ou as mortes de policiais (linha verde). Essas diferenças podem ser um indicador da existência de uma prática rotineira e sistemática desses tipos de eventos, com uma lógica institucional, que inclusive chega a oferecer férias coletivas no final do ano aos profissionais caso os objetivos sejam alcançados. Esta é uma hipótese que surge para ser estudada em detalhes em pesquisas posteriores.



Fontes: Ávila, 2019b:57

Em termos de distribuição de casos pelas forças de segurança, a polícia investigativa, conhecida por sua sigla CICPC (Corpo de Investigações Científicas Penais e Criminalísticas), é a agência que acumula o maior número de casos, seguida pela Polícia

Nacional Bolivariana (PNB), uma polícia estadual, e a Guarda Nacional Bolivariana (GNB). Estas quatro organizações respondem por 72% de todos os casos.

Quando estes resultados são comparados com os benefícios oferecidos pelas agências que têm o maior número de policiais vítimas de assassinato, o primeiro lugar é ocupado pela GNB, e o segundo pelas polícias estaduais e municipais. Dessa forma, os funcionários dos corpos mais letais são menos vitimizados pelos homicídios.

4. Uso desproporcional e excessivo da força letal

Dos 979 casos analisados, foram contabilizados 1.497 civis mortos pelas polícias e, nesses mesmos eventos, 16 agentes de segurança pública também foram mortos.

Outro indicador do uso excessivo da força letal é a proporção de civis mortos para civis feridos pela intervenção policial. Nesses casos, apenas 92 civis foram feridos, ou seja, para cada civil ferido, 16 outros morreram.

Finalmente, apenas 318 pessoas foram detidas em conexão com estes eventos, ou seja, para cada civil detido, cinco civis morreram.

5. Comentários finais

Estas evidências corroboram a hipótese de que a maioria das mortes decorrentes de intervenção das forças de segurança do Estado são eventos de exceção. Eles não são o resultado de confrontos regulares com grupos criminosos equivalentes, mas sim de manifestações de um uso arbitrário e desproporcional de força letal por essas organizações. Tanto as mortes por intervenção das forças públicas como as mortes de policiais são em sua maioria encontros irregulares, emboscadas, onde há um emprego desigual e assimétrico da força por parte de um dos grupos.

Além disso, mostra também que a morte de civis pelas forças de segurança do Estado na Venezuela não é o produto de uma política de defesa da vida dos policiais, ou pelo menos não exclusivamente. Em muitos desses casos, há claras indicações da presença de execuções sumárias, nas quais os policiais teriam decidido matar civis, quando poderiam tê-los apreendido.

As mortes decorrentes de intervenção das forças de segurança do Estado são um indicador do processo contínuo de precariedade e deterioração institucional em curso no país, em termos de um exercício descontrolado do poder, sem limites que sirvam para controlá-lo. Estas mortes institucionais são uma clara expressão da **necropolítica** que está se espalhando progressivamente na Venezuela de hoje.

[1] MP corresponde a dados coletados junto ao Ministério Público. MIJ é o Ministério de Interior y Justicia.

Keymer Ávila

Pesquisador do Instituto de Ciências Penais e Professor de Criminologia na graduação e pós-graduação da Universidade Central da Venezuela. Membro da Rede de Ativismo e Investigação pela Convivência (REACIN)

<https://backup.forumseguranca.org.br/seguranca-no-mundo1/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iycsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhb-s5myy-3pmpy-55r5j-8nh73-xn2t3-4jopi>

